Tribuna Política

Caiado quer pautar sucessão em Goiânia

Ex-governador sinaliza que o apoio concedido a Sandro Mabel em 2024 não é um compromisso antecipado com 2028. E que pretende voltar a participar dessa escolha.

Página 3

Equilíbrio

Prefeituras goianas enfrentam desafio de fechar as contas de 2026

Situação fiscal deste ano ainda depende da consolidação das receitas e despesas e gestores precisam equilibrar folha de pagamento, despesas obrigatórias e investimentos.

Página 8

Herivelto Nunes

Nova diretoria do Goiás não representa mudança

Os nomes que serão eleitos fazem parte de um grupo comandado por Paulo Rogério Pinheiro, que tem dado mostras de que não dá conta de dirigir o Goiás.

Página 12

TRIBUNA DO PLANALTO

40 ANOS Informação que conecta gerações

Ano 40 • Nº 1.872 • R$ 2

Goiânia, de 22 a 28 de novembro de 2026

Eleição Alego

A disputa afunila

Há duas semanas, Issy Quinan possuía os 21 votos necessários. Nesta semana, reuniu 27 parlamentares num mesmo encontro.

Página 4



50 anos do Daia

O desafio de continuar atraindo investimentos



Em 2011, eram 140 empresas e cerca de 10 mil empregos diretos; quinze anos depois, a Codego registra 191 empresas e 46.040 trabalhadores.

Página 6

Governo Daniel Vilela

Continuidade faz parte, mas é preciso ter uma marca



O desafio de Daniel Vilela será mostrar que não pretende apenas administrar herança, mas construir um projeto que tenha identidade própria.

Página 5

Investimento

Mabel aproxima Goiânia de empresários belgas interessados em negociar etanol, minérios e grãos



Comitiva visita complexo que reúne mais de 550 empresas e cerca de 106 mil trabalhadores na Bélgica .

Página 10

ESCOLA

93,4% dos alunos da Educação Especial estão em classes comuns em Goiás

Acessibilidade nas escolas avançou, chegando a 91,9% na rede pública, embora a presença de recursos não garanta estruturas plenamente adaptadas.

Página 11



Saúde

Goiás é pioneiro na América Latina com quatro hospitais

Reconhecimento contempla Crer, HDS, Hugol e Hecad; prontuário eletrônico, mapa de leitos e outras ferramentas digitais estão entre os recursos que impulsionaram o resultado

Página 9

Editorial

Igualdade além do feriado

Na última sexta-feira, 20 de novembro, o Brasil celebrou o Dia da Consciência Negra, agora feriado nacional. A data homenageia Zumbi dos Palmares e convida o país a reconhecer a contribuição da população negra para a formação brasileira. Mas a reflexão não pode se limitar à memória: precisa alcançar as desigualdades que seguem organizando oportunidades, renda e acesso aos espaços de decisão.

Em Goiás, esse debate diz respeito à maioria da população. Pretos e pardos somam 63,37% dos habitantes, segundo o Censo de 2022. Ainda assim, os números do trabalho mostram que pertencer à maioria não significa ter as mesmas condições. Em 2025, trabalhadores pretos no estado receberam, em média, R$ 2.762 por mês, ante R$ 4.497 entre trabalhadores brancos — uma diferença de 38,6%. Entre os pardos, a média foi de R$ 3.047. A informalidade também foi maior entre pretos: 42,7%, contra 35,7% entre brancos.

Os dados ajudam a dimensionar o problema, mas não o esgotam. Desigualdades de renda se somam a barreiras no acesso à educação, à segurança e a cargos de liderança. No país, estudo recente do IBGE apontou que, em 2025, trabalhadores brancos receberam em média cerca de 71% mais que trabalhadores negros. A distância também aparece na política e nas empresas, onde a presença negra nos postos de comando continua muito aquém de sua participação na sociedade.

Não basta reconhecer que o racismo existe; é preciso enfrentar seus efeitos. Isso exige políticas públicas com metas e avaliação, ações afirmativas, fiscalização contra discriminação e compromisso de empresas e partidos com oportunidades reais de ingresso e ascensão. Também requer que governos produzam e usem dados raciais para identificar quem fica para trás e corrigir desigualdades.

O feriado oferece uma pausa na rotina, mas seu sentido está no que fazemos depois dela. Em Goiás, onde a população negra é maioria, a igualdade não pode ser tratada como pauta de um único dia. Deve orientar decisões sobre emprego, educação, segurança e representação. Consciência se demonstra quando direitos deixam de depender da cor da pele e passam a valer, de fato, para todos.

Artigo

A alta dos juros e o nosso orçamentário

A economia brasileira volta a revisitar fantasmas fiscais que não assustavam o orçamento público desde o colapso macroeconômico de meados da década passada. Ao analisar a trajetória de alta contínua observada ao longo de 2026, percebe-se que ela reproduz, em muitos aspectos, a dinâmica de deterioração fiscal vista no biênio 2015–2016. Nem mesmo durante a pandemia se observou algo semelhante em relação ao peso do serviço da dívida.

Atualmente, a trajetória assemelha-se à fase de aceleração de 2015: impulsionado por uma política monetária contracionista severa e pela inércia do endividamento público, o indicador não dá trégua. De acordo com dados do Banco Central, o percentual de 8,99% do PIB acumulado em 12 meses até setembro coloca 2026 em patamar semelhante ao registrado em janeiro de 2016. Se aquele ano marcou a descompressão de um ciclo de juros que vinha de trás, 2026 consolida-se como um novo pico, fruto de uma escalada contínua e persistente.

Essa fatia de quase 9% do PIB destinada a remunerar detentores de títulos da dívida pública alimenta um conflito distributivo e impõe uma asfixia implacável sobre o orçamento primário da União. Como contraponto direto, os repasses federais para sustentar o Sistema Único de Saúde (SUS) patinam historicamente na faixa de 1,9% do PIB. No mesmo sentido, os montantes destinados à educação pública federal orbitam modestamente entre 1,2% e 1,4% do PIB, enquanto os investimentos públicos diretos em infraestrutura, tradicionalmente a principal variável de ajuste nos momentos de contenção, definham na faixa exígua de 0,4% a 0,5% do PIB. A matemática orçamentária escancara uma inversão trágica: o custo financeiro da dívida consome um volume de recursos que supera em mais de duas vezes e meia a soma dos gastos federais com saúde, educação e obras estruturantes.

Ao comprimir as despesas discricionárias, o peso desmedido dos juros paralisa a formação de capital físico e humano, minando a competitividade do país. Insistir em ajustar as contas públicas estrangulando o desenvolvimento é uma falácia perigosa: sem investimento produtivo, o crescimento do PIB desaba, a arrecadação futura encolhe e a própria relação dívida/PIB realimenta sua espiral de insustentabilidade.

Mas como encontrar espaço no orçamento para reconstruir o futuro do país? Obviamente, a solução não poderá vir por meio da elevação da carga tributária. Com o atual custo de vida e o endividamento das famílias, espremer a renda disponível é um tiro no pé da economia. A redução significativa dos juros nominais pagos pelo setor público pode ser um caminho racional. Para isso, contudo, será preciso que os formuladores de política econômica, os intelectuais e a opinião pública finalmente ousem ouvir o que André Lara Resende tem a nos dizer. É o mínimo de civilidade que os brasileiros devem a quem nos presenteou com o Plano Real.



Pedro Henrique Pontes ,
economista e professor do Centro Universitário Internacional – Uninter.

Artigo

O preço da infidelidade

Quanto custa uma aventura extraconjugal? Para Jensen Huang, cofundador da Nvidia, a pergunta chegou à Bolsa. Após notícias sobre relações extraconjugais, deixou o comando da fabricante de chips. Em 12 de novembro, as ações caíram 4,3%, eliminando mais de US$ 180 bilhões em valor de mercado. A queda não pode ser atribuída integralmente ao escândalo, mas expôs o preço da incerteza.

A economia da infidelidade tem algo a dizer sobre isso. Em 1978, Ray Fair publicou no Journal of Political Economy o artigo A Theory of Extramarital Affairs. Sem fazer juízos morais, examinou como as pessoas distribuem tempo e recursos entre trabalho, casamento e relações~extraconjugais. A novidade pode trazer satisfação, mas exige horas que poderiam ser dedicadas a outros fins. É o custo de oportunidade. Renda maior facilita encontros; salário maior também encarece o tempo longe do trabalho. Os efeitos renda e substituição podem, portanto, agir em direções contrárias.

Trinta anos depois, Bruce Elmslie e Edinaldo Tebaldi retomaram o tema em So, What Did You Do Last Night? The Economics of Infidelity. Seus estudos mostram que posição social, escolaridade e características dos cônjuges ajudam a entender os incentivos à infidelidade. A Economia não prevê paixões, mas ilumina escolhas e riscos que elas envolvem.

O caso Nvidia mostra que a infidelidade não é apenas assunto da vida privada. Também pode ser examinada pela Economia do Comportamento Humano. A busca por prazer imediato, o excesso de confiança e a tendência de subestimar riscos futuros ajudam a compreender por que pessoas bem-sucedidas tomam decisões capazes de comprometer seu patrimônio, sua reputação e até o valor de uma empresa. Quando essas escolhas impõem custos a terceiros, surgem as chamadas externalidades negativas, como no caso da perda de valor das ações para os acionistas.

A Economia não pretende julgar a infidelidade, mas compreender os incentivos que a motivam e suas consequências. O caso Nvidia ilustra essa distinção: uma decisão pode ser racional para quem a toma, sem que seus custos sejam suportados apenas por quem dela se beneficia.



Giacomo Balbinotto Neto,
Professor de Economia da UFRGS

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais
Tribunadoplanalto
@Tribunaplanalto

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516

Fundado em 7 de julho de 1986. Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Gayer abre a porta

Gustavo Gayer levou prefeitos do PL ao governador Daniel Vilela antes de resolver a disputa pelo comando do próprio partido. O encontro não formalizou a entrada da legenda na base, mas estabeleceu uma interlocução conduzida pelo senador eleito. Para os gestores municipais, a conversa envolve acesso ao governo. Para Gayer, também conta como demonstração de liderança diante de Wilder Morais.

Presidência ocupada

A movimentação de Gayer encontra um obstáculo que a votação para o Senado não removeu: Wilder continua presidente do PL goiano. À Tribuna Política, o senador eleito afirmou que foi bloqueado pelo correligionário e que tenta reunir os mandatários para discutir a troca. Wilder cobra "serviço prestado" aos municípios e defende oposição a Daniel. A reunião com o governador não resolveu a disputa interna.

A reforma e os aliados

A proposta de extinguir as secretarias da Retomada e da Infraestrutura coloca uma discussão concreta diante dos aliados de Daniel Vilela: para onde irão as atribuições, os cargos e os projetos das duas pastas. O governador pretende enviar a reforma à Alego ainda neste mês. A negociação sobre a equipe dependerá desse desenho, que também prevê mudanças na Casa Civil e na Secretaria-Geral de Governo.

Semana das emendas

A próxima semana encerra o prazo previsto para apresentação de emendas ao Orçamento estadual de 2027. Os deputados têm até sexta-feira, 27, para protocolar suas propostas. É a reta final para prefeitos e lideranças municipais levarem demandas aos gabinetes. Relator do texto, Wagner Neto receberá as indicações enquanto o governo prepara uma reforma administrativa que pode exigir ajustes na distribuição dos recursos.

Lissauer não saiu

Lissauer Vieira reconhece o avanço de Issy Quinan, mas não considera encerrada a eleição da Alego. "Hoje existe clima para disputa, mas até chegar fevereiro muita coisa vai mudar", afirmou à Tribuna do Planalto. O deputado eleito insiste que o PL decidirá em bloco. Antes de negociar uma posição conjunta, porém, terá de acomodar os colegas que já declararam apoio ao emedebista.

Nelto fora da disputa

Adversário de Flávia Morais na eleição para coordenar a bancada goiana em 2025, José Nelto afirmou à Tribuna Política que não pretende disputar novamente o posto. A assessoria da deputada informa que as conversas ficarão para o próximo ano. Parlamentares ouvidos reservadamente não veem dificuldade em sua permanência, embora considerem precoce fechar posição. A ausência de Nelto retira da disputa o concorrente da eleição anterior.

Mendanha freia Canedo

Gustavo Mendanha confirmou à Tribuna Política que foi procurado para transferir o domicílio eleitoral para Senador Canedo, mas descartou uma mudança de projeto neste momento. O convite partiu, entre outros, do ex-presidente da Câmara Carpegiane Silvestre. "Eu acabei de perder duas eleições e preciso ser certeiro no que vou fazer daqui pra frente", afirmou. A sondagem existe. A candidatura, por enquanto, não.

Caiado quer pautar sucessão em Goiânia

Foto: Reprodução



O ex-governador Ronaldo Caiado ajudou a levar Sandro Mabel à Prefeitura de Goiânia em 2024. Dois anos depois, começa a discutir quem deverá representar o grupo na próxima eleição. A diferença está aí: para o prefeito, 2028 é a oportunidade de buscar a reeleição. Para seu principal fiador político, a candidatura da base voltou a ser assunto de negociação.

A transferência do domicílio eleitoral de Nova Crixás para Goiânia deu endereço a esse movimento. Caiado nega que pretenda disputar o Paço e promete ouvir os pré-candidatos, inclusive Mabel. Ao colocar o prefeito entre os nomes a serem consultados, porém, deixa de tratá-lo como escolha automática. Ter o mandato não significa ter assegurado o apoio de quem ajudou a conquistá-lo.

O recado ficou mais claro quando o ex-governador falou sobre a diferença entre administrar uma empresa e fazer política. "A política não se faz como dono da verdade, a política não se faz com imposições", afirmou à coluna Giro. Não citou Mabel nominalmente. Mas a cobrança por diálogo atinge justamente o empresário cuja experiência de gestão serviu de argumento para a candidatura de 2024.

Há uma leitura entre interlocutores que ajuda a explicar a movimentação: fora do governo e depois da derrota presidencial, Caiado precisa permanecer em evidência. Uma pré-campanha na capital cumpre essa função mesmo sem terminar em candidatura. Essas fontes não descartam que ele dispute a prefeitura, mas também admitem um recuo seguido de novo apoio a Mabel.

Nesse segundo caminho, o apoio teria um efeito político próprio. Mesmo que o prefeito chegue bem avaliado a 2028, sua candidatura poderia ser apresentada como resultado da bênção de Caiado, e não apenas do desempenho da gestão. O ex-governador voltaria à condição de quem autoriza e sustenta o projeto. Recuar da disputa, nessa hipótese, não significaria abrir mão de conduzi-la.

Mabel respondeu sem comprar a briga. Classificou a mudança de título como natural e a associou ao projeto de Caiado de voltar ao governo estadual em 2030. É uma resposta politicamente conveniente: reconhece a liderança do aliado e situa sua ambição em outra eleição, para outro cargo. Também afirmou não ter dificuldade para conversar com as lideranças da cidade e do estado.

Ainda é cedo para anunciar separação ou candidatura de Caiado. O embate é anterior à escolha dos nomes: trata de quem terá autoridade para conduzir a sucessão em Goiânia. Mabel precisa transformar as entregas da prefeitura em sustentação para a própria reeleição. Caiado sinaliza que o apoio concedido em 2024 não é um compromisso antecipado com 2028. E que, candidato ou não, pretende voltar a participar dessa escolha.

Três nomes em Anápolis

Andréia Rezende, José Fernandes e Jakson Charles estão nas articulações pela presidência da Câmara de Anápolis. A expectativa relatada por interlocutores ao Jornal Opção é que a data da eleição seja definida nesta segunda-feira, 23. Andréia pretende conversar com os colegas antes de avançar na discussão. O próximo teste será saber se os três chegam a um acordo ou levam a disputa ao voto.

Branápolis pede passagem

A proposta para transformar Branápolis no quinto distrito de Anápolis avançou na Câmara, mas a criação ainda exige etapas específicas. Além da alteração na Lei Orgânica, será necessário definir os limites e a representação administrativa da localidade. A iniciativa de Jakson Charles leva ao Legislativo uma cobrança por presença permanente da prefeitura. Aprovar o reconhecimento é apenas parte do caminho para estruturar o atendimento aos moradores.

Iporá segue na Justiça

Maysa Cunha sofreu novo revés na tentativa de voltar à Prefeitura de Iporá. O desembargador Fernando Ribeiro Montefusco negou o pedido para suspender os efeitos da cassação. A defesa também levou ao STF a discussão sobre o prazo do processo conduzido pela Câmara. Flávio Dino pediu informações, sem determinar o retorno ao cargo. Léo Contador permanece na prefeitura enquanto a disputa judicial continua.

Troca em São Miguel

Em São Miguel do Araguaia, Natanael Martins Coelho assumiu a prefeitura após a cassação de Jerônymo Siqueira. O processo tratou de denúncias de atrasos salariais e repasses insuficientes à Câmara, negadas pelo ex-prefeito, que atribui o caso a uma disputa política. A mudança deixa para o sucessor duas tarefas imediatas: administrar as contas e construir uma relação com o Legislativo que retirou o titular do cargo.

Campestre volta à conta

Os deputados aprovaram com 22 votos a inclusão de Campestre de Goiás na Região Metropolitana de Goiânia. Agora, precisarão decidir se enfrentam o veto de Daniel Vilela. São necessários 21 votos para derrubá-lo, mas o placar anterior não garante repetição. Autor do projeto, George Morais terá de reunir apoio para uma votação que, desta vez, envolve contrariar uma decisão do governo do qual é aliado.

Reforma sem calendário

Leandro Vilela mantém a intenção de mexer na administração de Aparecida, mas ainda não apresentou data nem desenho das mudanças. "Permaneço com a ideia, vou fazer sim aquilo que for preciso fazer", afirmou. A declaração mantém aberta a discussão sobre a equipe para a segunda metade do mandato. Para os aliados, falta saber quais alterações ficarão na estrutura e quais chegarão aos ocupantes dos cargos.

Vetos preservados

A Câmara de Aparecida manteve os vetos de Leandro Vilela a projetos de Gleison Flávio e Tatá Teixeira sobre proteção a idosos e reconstrução dentária de mulheres vítimas de violência. A prefeitura alegou interferência dos vereadores em atribuições administrativas. Com a decisão, os autores precisarão negociar com o Executivo se quiserem retomar as propostas. O mérito social não foi suficiente para superar a objeção jurídica.

Alego

A disputa afunila

Articulação pela presidência da Alego reduz espaço das alternativas; eleição ocorre apenas em fevereiro

» Domingos Ketelbey



Até poucos dias atrás, a sucessão de Bruno Peixoto na Assembleia Legislativa tinha candidatos suficientes para preencher uma roda de conversa. Talles Barreto, Virmondes Cruvinel, Wagner Neto, Wilde Cambão, Jamil Calife, Cairo Salim e Lissauer Vieira apareceram, em momentos diferentes, entre os nomes dispostos a discutir a presidência. Issy Quinan também estava nessa lista, como a Tribuna já mostrou, com certo favoritismo. Enquanto os demais buscavam organizar um bloco, o emedebista começou a reunir votos.

Na última quarta-feira, 18, a movimentação ganhou uma fotografia difícil de ignorar. Vinte e cinco deputados participaram presencialmente de um jantar em Goiânia articulado em torno da candidatura de Issy. George Morais e Henrique César acompanharam por vídeo. Com o próprio candidato, eram 27 dos 41 integrantes da Assembleia que toma posse em fevereiro.

Menos de 24 horas depois, Wagner Neto desistiu de disputar a presidência. Anderson Teodoro e Alessandro Moreira seguiram o mesmo movimento, e os três integrantes da federação PRD/Solidariedade anunciaram apoio a Issy. Veículos que acompanham a sucessão passaram a contabilizar cerca de 30 deputados em torno da candidatura, embora presença em reunião, simpatia e voto fechado sejam medidas diferentes numa eleição marcada apenas para fevereiro.

O dado mais importante não é chegar agora a um número definitivo. É perceber para onde a disputa está caminhando.

De muitos nomes a uma maioria

A candidatura de Issy começou novembro com uma relação pública de 21 apoiadores, além do próprio voto. Na semana seguinte, o deputado já falava em aproximadamente 25 adesões. O jantar ampliou a fotografia para 27 participantes e veio acompanhado, no dia seguinte, da retirada de Wagner. A evolução importa porque a próxima Assembleia será fragmentada. Os 41 deputados estarão distribuídos por 16 partidos. O MDB terá a maior bancada, com sete cadeiras, seguido pelo PL, com cinco, e por União Brasil e PT, com quatro cada. Nenhuma legenda se aproxima sozinha dos 21 votos necessários. Qualquer candidatura depende de composição ampla.

Issy passou as últimas semanas construindo essa combinação. No jantar estavam deputados do MDB, PL, União Brasil, PSD, PSDB, Novo, Mobiliza, Podemos, Agir, PRD, PSB, Republicanos e Cidadania. A diversidade não significa posição institucional dos partidos, mas mostra que a articulação deixou de depender apenas da bancada governista ou do MDB.

A erosão do chamado grupo dos sete é outro sinal. No início da semana, Talles Barreto citava um bloco formado por ele, Virmondes Cruvinel, Cairo Salim, Charles Bento, Wilde Cambão, Jamil Calife e Wagner Neto para trabalhar uma alternativa. Na quarta, Charles e Cambão participaram do jantar de Issy. No dia seguinte, Wagner desistiu e anunciou apoio ao emedebista. O grupo que buscava demonstrar unidade deixou de aparecer unido na fotografia.

O PL ainda é uma conta aberta

Uma das peças mais observadas é o PL. A legenda elegeu cinco deputados e terá a segunda maior bancada da Casa. Três deles estiveram no jantar: Amauri Ribeiro, Coronel Urzêda e Marquinho do Gayer. Lissauer Vieira e Eduardo Prado não aparecem na relação de participantes.

Lissauer, ex-presidente da Assembleia, disse à Tribuna do Planalto que o partido pretende decidir em bloco. "O PL vai fechar em bloco; vamos trabalhar para poder ajustar o bloco", afirmou. Também reconheceu a expansão da candidatura de Issy, mas ponderou que a eleição ainda está distante e o cenário pode mudar até fevereiro.

A fala ganhou importância depois do jantar. Três integrantes da bancada já participam das conversas em torno de Issy, enquanto Lissauer continua citado entre os possíveis nomes para a disputa. O PL terá de decidir se transforma movimentos individuais numa posição partidária ou se tenta reorganizar uma alternativa.

A mesma indefinição existe no PT. A bancada terá quatro deputados e ainda não anunciou apoio. A posição discutida internamente é de uma decisão coletiva, com cobrança de autonomia para os mandatos e para o Legislativo diante do Executivo estadual. Os quatro petistas não estavam entre os participantes divulgados do jantar. Issy conseguiu avançar sem depender, até aqui, desses votos.

A disputa pelas regras

Enquanto a candidatura do emedebista cresce, parte dos deputados tenta deslocar a discussão para as regras da Mesa Diretora.

Talles Barreto apresentou proposta para acabar com a reeleição consecutiva para a presidência da Assembleia. Hoje, o presidente exerce mandato de dois anos e pode disputar novamente o posto para o biênio seguinte. Pela proposta, ficaria limitado a um único período de dois anos.

Talles afirma ter tratado do tema com Daniel Vilela e diz que o governador é favorável à mudança. Também declarou que não pretende disputar a presidência sem apoio do governo. A proposta ainda precisa percorrer o processo legislativo, e o próprio deputado não confirmou votos suficientes para aprová-la.

Quem assumir em fevereiro de 2027 poderá, pelas regras atuais, tentar permanecer até o fim da legislatura. Se a mudança avançar, a Mesa terá outro presidente para o biênio 2029-2030. A sucessão atual, portanto, também envolve o espaço que ficará disponível aos grupos que não ocuparem a cadeira principal agora.

Da presidência para a Mesa

É nesse ponto que a disputa pode mudar de natureza. Quando havia vários candidatos e nenhum bloco claramente majoritário, a pergunta era quem conseguiria alcançar 21 votos. Com uma articulação mais ampla ao redor de Issy, cresce outra discussão: como acomodar partidos e grupos diferentes na composição completa da Mesa Diretora.

Presidente é apenas uma das posições. Vice-presidências, secretarias e demais funções também carregam peso administrativo e político. Numa Assembleia formada por 16 partidos e com renovação de 46% das cadeiras, a construção de uma chapa envolve representação das bancadas, relação entre governo e oposição e espaço para deputados que abriram mão de projetos próprios.

A desistência de Wagner é um exemplo. Até esta semana, trabalhava para ser candidato. Sua retirada reduz uma alternativa e acrescenta à negociação um grupo de três parlamentares da federação PRD/Solidariedade.

O mesmo vale para outros nomes que circularam como presidenciáveis e agora aparecem próximos à articulação majoritária. Cada adesão reduz o número de candidaturas possíveis, mas aumenta os interesses a serem administrados dentro da mesma composição. Formar maioria é uma negociação; manter todos dentro dela é outra.

Fevereiro ainda está longe

A eleição da Mesa ocorrerá apenas com a posse da nova legislatura, em fevereiro de 2027. Até lá, deputados podem mudar de posição, bancadas podem fechar orientação e o Palácio das Esmeraldas ainda pode aumentar sua participação nas conversas.

Por isso, o jantar de quarta-feira não encerrou a sucessão, mas mostrou um afunilamento difícil de ignorar. Há duas semanas, Issy precisava demonstrar que possuía os 21 votos necessários. Nesta semana, reuniu 27 parlamentares num mesmo encontro, viu integrantes de um bloco alternativo se aproximarem e recebeu, no dia seguinte, o apoio formal de um deputado que até então trabalhava pela própria candidatura.

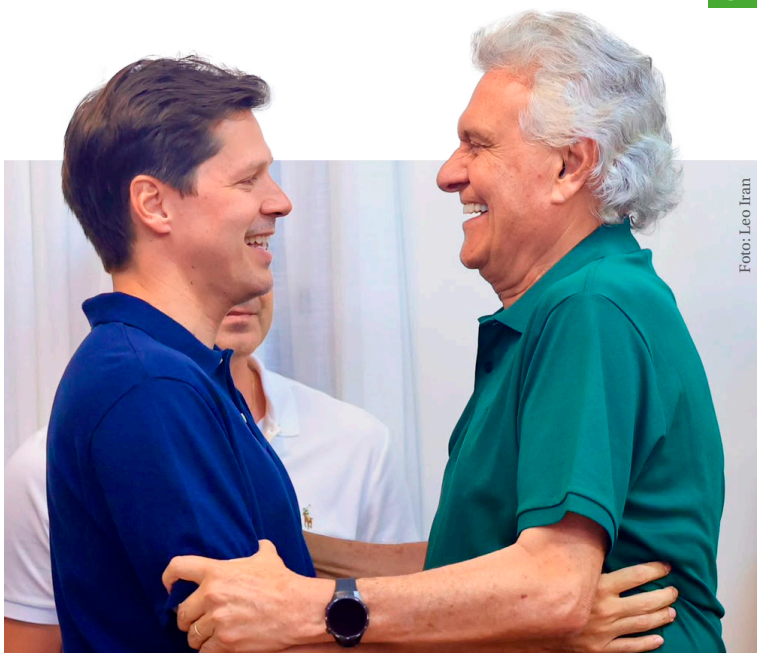
Talles continua articulando. Virmondes, Lissauer e outros nomes não retiraram publicamente suas possibilidades. O PT ainda não decidiu. O PL diz que pretende fechar em bloco. A disputa continua. Só já não tem o mesmo tamanho de algumas semanas atrás.

Gestão

Daniel Vilela herda resultados de Caiado

mas ainda precisa construir marca própria

Futuro governador aposta na continuidade administrativa e sinaliza investimentos em tecnologia, inovação e desenvolvimento econômico; histórico de Goiás mostra que avanços em áreas estratégicas começaram em gestões anteriores


Foto: Leo Iran

» Andréia Bahia

O governo de Ronaldo Caiado (2019–2026) construiu sua principal identidade política em torno da segurança pública, seguida pela assistência social. Não por coincidência, as duas áreas também estão entre as principais plataformas eleitorais do ex-governador na disputa pela Presidência da República e de sua esposa, Gracinha Caiado, na corrida ao Senado. Ao assumir o comando de Goiás em janeiro de 2027, Daniel Vilela (MDB) herdará uma administração com resultados consolidados nesses setores, mas terá o desafio de demonstrar o que pretende fazer de diferente e qual será a marca de sua própria gestão.

Até o momento, o discurso do governador está ancorado na continuidade do trabalho desenvolvido por Caiado, na ampliação dos serviços públicos e em uma agenda de inovação, tecnologia e desenvolvimento econômico. Embora tenha apresentado propostas e sinalizado mudanças na estrutura administrativa, ainda não está claro qual dessas frentes ocupará o centro de seu projeto de governo.

A experiência recente de Goiás mostra, porém, que os resultados mais expressivos da administração pública não costumam surgir de iniciativas isoladas de um mandato. Em áreas como segurança, educação, assistência social e saúde, as políticas públicas atravessaram diferentes governos, foram modificadas e ampliadas ao longo do tempo. A continuidade, portanto, é parte do funcionamento esperado da administração estadual. Por si só, não constitui uma proposta de governo nem diferencia uma gestão da outra.

Na segurança pública, principal vitrine de Caiado, Goiás saiu de um dos piores índices de violência do País, em 2015, para uma taxa de mortes violentas de 16,5 por 100 mil habitantes em 2025, abaixo da média nacional de 19,1. A mudança, entretanto, não começou em 2019. A curva de homicídios já apresentava queda no final da gestão de Marconi Perillo (PSDB), quando a taxa passou de 45,3 por 100 mil habitantes, em 2015, para 42,8 em 2017 e 38,6 em 2018. A redução ganhou intensidade durante os governos seguintes, especialmente na administração Caiado.

O resultado não diminui a importância das medidas adotadas nos últimos anos, como o fortalecimento do sistema penitenciário, a integração das forças policiais e o investimento em inteligência. Mostra, por outro lado, que a transformação de um indicador dessa dimensão depende de uma trajetória mais longa, com políticas que não começam e terminam junto com os mandatos.

Na assistência social, outra área de destaque de Caiado, a lógica se repete. A proporção de domicílios em situação de pobreza em Goiás caiu de aproximadamente 24,7%, em 2019, para 15,8%, em 2024, segundo levantamento do Instituto Mauro Borges. A redução coincide com a ampliação dos programas estaduais e com a recuperação da renda após o período mais crítico da pandemia. A estrutura, contudo, não surgiu do zero.

Ainda no primeiro governo de Marconi Perillo, em 1999, Goiás criou o Renda Cidadã, programa de transferência de renda destinado a famílias vulneráveis. Também foram implantados ou fortalecidos programas como o Bolsa Universitária, o Restaurante Cidadão e o Bolsa Futuro, voltado à qualificação profissional. Caiado ampliou e reorganizou essa política, dando a ela maior integração e visibilidade institucional.

Na educação, a trajetória histórica também relativiza a ideia de que os avanços começaram em 2019. O crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) já era observado nas primeiras medições e ganhou força entre 2011 e 2017, durante os governos de Marconi. Em 2017, Goiás chegou a 6,6 nos anos iniciais do ensino fundamental, 5,2 nos anos finais e 4,3 no ensino médio. No ano seguinte, a rede pública estadual liderava o ranking nacional no ensino médio e nos anos finais do fundamental, além de ocupar a segunda posição nos anos iniciais.

Na divulgação mais recente, referente a 2025, a rede pública goiana alcançou 6,4 nos anos iniciais e 5,6 nos anos finais. Os números mostram a manutenção de uma trajetória de desempenho que atravessou administrações. Os indicadores não permitem atribuir a um único governo a construção da posição alcançada por Goiás.

Na saúde, a regionalização é outro exemplo de política que antecede a atual administração. A construção de hospitais regionais remonta ao governo Henrique Santillo, no final da década de 1980. A partir de 2011, Marconi Perillo retomou projetos de construção de unidades e de descentralização da assistência. Já no governo Caiado ocorreu uma expansão mais expressiva da rede própria estadual, com inauguração de hospitais, policlínicas e incorporação de unidades que estavam sob gestão municipal.

É sobre essa estrutura que Daniel pretende avançar. Na saúde, tem sinalizado a conclusão de obras, a ampliação da capacidade de atendimento e a continuidade da regionalização, com mais serviços especializados no interior. Na segurança, a intenção é preservar a política adotada por Caiado e acrescentar ferramentas tecnológicas, especialmente inteligência artificial e videomonitoramento.

A agenda própria

As primeiras sinalizações de Daniel para o futuro governo apontam para uma combinação de continuidade administrativa e mudanças pontuais na estrutura do Estado. Uma das alterações previstas é a extinção das secretarias da Retomada e da Infraestrutura e a criação das pastas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e de Minas e Energia. A segunda está relacionada à exploração de terras raras e minerais estratégicos, com a perspectiva de atrair investimentos e estimular a industrialização em Goiás.

Até agora, dois novos nomes foram anunciados para o primeiro escalão. José Frederico Lyra Netto, que atualmente comanda a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, assumirá a Educação, no lugar de Fátima Gavioli. Valentina Jungmann foi indicada para comandar a nova Secretaria de Enfrentamento às Agressões contra as Mulheres.

Em outras áreas, a sinalização é de continuidade. Renato Brum permanece na Segurança Pública, na Saúde, Rasível dos Santos Reis seguirá no comando, assim como Renata Lacerda Noleto na Economia. A manutenção de titulares em setores estratégicos indica que Daniel pretende preservar boa parte da equipe responsável pela execução das políticas do governo Caiado.

Em entrevista ao podcast Domingos Conversa, em 11 de setembro, Daniel apontou duas diretrizes para o próximo mandato: ampliar o acesso e a qualidade dos serviços públicos e melhorar a eficiência dos gastos do Estado. Também tem apresentado a tecnologia como um dos pilares de sua administração, com propostas de expansão da inteligência artificial, digitalização dos serviços e formação profissional voltada às novas demandas do mercado.

O conjunto de propostas aponta para quatro direções: preservação das políticas de Caiado, ampliação dos serviços públicos, modernização tecnológica e desenvolvimento econômico. A questão é que, até agora, essas frentes ainda aparecem mais como um conjunto de intenções do que como um projeto administrativo claramente definido.

A continuidade é necessária para que políticas públicas não sejam interrompidas a cada troca de governo. Mas ela não basta para caracterizar uma nova administração. Governar também significa estabelecer prioridades, escolher onde concentrar recursos, definir metas e assumir compromissos que expressem uma visão própria de Estado.

O desafio do governador Daniel Vilela será mostrar que não pretende apenas administrar a herança de Caiado, mas construir um projeto que tenha identidade própria.

Caiado chegou ao governo com uma identidade política bastante associada à segurança pública e ao discurso de autoridade, além de consolidar uma política de assistência social de grande visibilidade. Daniel, por sua vez, tem apresentado tecnologia, inovação, mineração e eficiência administrativa como possíveis marcas de sua gestão. Ainda precisa, entretanto, transformar essas bandeiras em prioridades concretas, com metas e resultados mensuráveis.

O desafio do governador eleito será mostrar que não pretende apenas administrar a herança de Caiado, mas construir um projeto que tenha identidade própria. Até o momento, a continuidade está definida. O que ainda não está claro é o que, daqui a quatro anos, permitirá reconhecer o governo Daniel Vilela como uma administração com características próprias.

Goiás

DAIA: meio século

e o desafio de continuar atraindo investimentos

Codego aponta 191 empresas e 46 mil trabalhadores; expansão e infraestrutura definem os próximos desafios

» Carlos Nathan Sampaio

Foto: Divulgação



Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA)

O Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) completou 50 anos da inauguração, datada em 9 de novembro de 1976, com escala muito maior. O levantamento mais recente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego) registra 191 empresas em operação e 46.040 trabalhadores diretos. Em 2011, eram cerca de 140 empresas e 10 mil empregos, segundo a Assembleia Legislativa de Goiás. A expansão também pressiona infraestrutura, mão de obra e atração de investimentos.

O DAIA foi planejado para concentrar indústrias com infraestrutura e inaugurado por Ernesto Geisel e pelo governador Irapuan Costa Júnior. A localização pesou na escolha de Anápolis, que buscava superar a dependência do beneficiamento de cereais. Com poucos empreendimentos no início, o distrito chegou a ser chamado de "elefante branco". Incentivos fiscais a partir de 1984 ajudaram a mudar o cenário; depois vieram o Porto Seco e o polo farmoquímico.

Da aposta à escala industrial

A comparação mostra a transformação do complexo, embora as séries não sejam perfeitamente equivalentes. Em 2011, eram 140 empresas e cerca de 10 mil empregos diretos; quinze anos depois, a Codego registra 191 empresas e 46.040 trabalhadores. A companhia explicou que o censo considera o recadastramento anual obrigatório, com atualização das atividades industriais e administrativas. O salto, portanto, reúne expansão e revisão da contagem.

Além dos setores farmacêutico e farmoquímico, há empresas de alimentos, metalurgia, automóveis e logística. Ligado ao Porto Seco e às redes rodoviária e ferroviária, o distrito reforça a vocação logística anapolina. A Codego estima que o DAIA responda por cerca de 40% do PIB municipal, avaliado em R$ 8,5 bilhões — dado sobre a economia da cidade, não sobre o PIB estadual.

A expansão do DaiaPlam também levanta a questão de como os novos investimentos podem se conectar à economia local. Em uma tese de doutorado defendida em 2023 na Universidade Federal de Goiás (UFG), Wânia Chagas Faria Cunha analisou a industrialização de Anápolis e concluiu que os incentivos favoreceram empresas de capital externo instaladas no DAIA, enquanto indústrias de capital local, em outras regiões do município, receberam menos benefícios.

Para a pesquisadora, essas empresas locais têm maior capacidade de gerar empregos e renda. Esse histórico torna concreta uma pergunta para a nova etapa do distrito: como fazer com que os empreendimentos atraídos também movimentem fornecedores e negócios anapolinos?

Expansão e novas empresas

A área de expansão, chamada DaiaPlam, tem aproximadamente 1,7 milhão de metros quadrados. Segundo a Codego, 38 empresas cadastraram interesse em ocupar terrenos e mais de 14 avançaram para documentação e homologação. A projeção é de R$ 300 milhões em investimentos privados, 2,6 mil empregos diretos e outros 7 mil indiretos. São estimativas para projetos em diferentes fases, não resultados já concretizados. A solenidade para formalizar protocolos, inicialmente marcada para 19 de novembro, foi transferida para o dia 30; o edital segue aberto até julho de 2027.

A Codego prevê que a ocupação plena da área possa receber cerca de cem empresas e gerar mais de 7 mil vagas diretas e 20 mil indiretas. Em resposta à reportagem, a companhia afirmou que "o distrito está com a infraestrutura 100% realizada, pronto para receber as empresas que se interessaram em instalar-se". A estimativa é de que, cumpridos os requisitos, as empresas estejam instaladas e em operação em 24 meses. Nos dois primeiros editais, 11 interessadas estão em obras ou já instaladas; no pré-cadastro do terceiro, 45 preencheram formulário. Cadastro, seleção, compromisso assinado e operação são etapas distintas.

Infraestrutura e mão de obra

Para preparar o DAIA, a Codego anunciou R$ 23,4 milhões em um reservatório ligado à Estação de Tratamento de Água e melhorias no esgoto. O pacote inclui reforma de pontos de ônibus, videomonitoramento, internet, revitalização da entrada, ciclovia e sinalização. Estão previstos ainda Centro de Serviços, Porto Seco, Pátio de Triagem, pavimentação do Daia Norte e alça de acesso com a Prefeitura. Os anúncios não trazem balanço que comprove capacidade suficiente de energia, água e esgoto para toda a expansão.

A infraestrutura também precisa ajudar a atrair trabalhadores. "O DAIA está precisando muito de gente", afirmou ao Portal 6 o presidente da Codego, Luiz Antônio Rosa, que relacionou a contratação à oferta de creches, moradia e transporte. O Feirão do Emprego realizado em 17 e 18 de novembro ofereceu mais de 1,5 mil oportunidades, entre vagas para profissionais experientes, primeiro emprego e aprendizagem.

Andreia Rezende, presidente da Câmara de Anápolis, associou empregos à instalação de empresas e à logística. Rosa avaliou positivamente a procura pelo feirão e disse que pretende repeti-lo. O desafio é conectar as vagas a trabalhadores qualificados.

O próximo ciclo

Para Rubens Fileti, presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (ACIEG), a estrutura consolidada precisa acompanhar a expansão. "É fundamental que essas melhorias acompanhem o crescimento da demanda e garantam segurança e previsibilidade às operações industriais", afirmou. Ele destaca energia estável, abastecimento de água, tratamento de efluentes, logística de cargas e transporte dos trabalhadores. Na avaliação do dirigente, "o desenvolvimento industrial depende de planejamento de longo prazo, investimentos permanentes e diálogo entre o poder público e a iniciativa privada".

A Codego informa que a regularização fundiária do distrito está em andamento com a Prefeitura, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o cartório de imóveis. Segundo a companhia, no DaiaPlam os terrenos já estão regularizados e escriturados. O processo busca organizar as áreas do complexo e reduzir entraves para as empresas.

Luiz Antônio Rosa resume a expectativa da companhia para o novo ciclo: "Nossa expectativa é que os próximos anos sejam marcados pela modernização da infraestrutura, pela expansão da capacidade industrial, com destaque para o DAIAPLAM, e pela chegada de novos investimentos". Aos 50 anos, o DAIA reúne escala industrial, conexões logísticas e projetos de ocupação. O desafio será transformar as projeções em fábricas em funcionamento e empregos preenchidos, enquanto os serviços acompanham o ritmo e os novos negócios ampliam sua integração com a economia local.



"Nossa expectativa é que os próximos anos sejam marcados pela modernização da infraestrutura, pela expansão da capacidade industrial, com destaque para o DAIAPLAM, e pela chegada de novos investimentos

Luiz Antônio Rosa,
presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás

MAIS MOTIVOS

PARA ESTAR PRESENTE NAS ESCOLAS.

A aula de hoje faz diferença no amanhã.



+ DE 70% DAS SALAS DE AULA CLIMATIZADAS.

+ DE 3 MIL LOUSAS DIGITAIS PARA ESCOLAS E CMEIS.

+ DE 30 MIL TABLETS.

ALIMENTAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM.

ACOMPANHE A FREQUÊNCIA DO SEU FILHO. CADA DIA DE AULA IMPORTA.

Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO - SME

PREFEITURA GOIÂNIA GESTÃO QUE RESOLVE

Finanças municipais

Prefeituras goianas planejam

fechamento das contas de 2026

Dados de 2025 apontam superávit em 214 municípios goianos; situação do fechamento deste ano ainda depende da consolidação dos resultados

» Arthur Oliveira



Foto: Divulgação

As prefeituras goianas chegam à reta final de 2026 com o desafio de conciliar receitas, despesas obrigatórias e investimentos sem comprometer a continuidade dos serviços públicos. Embora o cenário financeiro varie de um município para outro, o acompanhamento das contas públicas e dos gastos com pessoal é fundamental para avaliar a capacidade dos gestores de encerrar o exercício dentro das regras fiscais e planejar o orçamento de 2027.

Os dados disponíveis do ano passado mostram que a maioria dos municípios goianos analisados terminou 2025 com resultado orçamentário positivo. Levantamento do portal Prefeituras em Números, elaborado a partir das declarações enviadas ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), do Tesouro Nacional, aponta que 214 dos 246 municípios considerados fecharam o exercício com superávit. O número corresponde a 87% do total. O resultado, porém, é uma referência histórica e não permite antecipar como as contas serão encerradas em 2026.

A avaliação da situação financeira deste ano depende da análise dos relatórios mais recentes de execução orçamentária e de gestão fiscal de cada prefeitura. Os documentos permitem acompanhar a arrecadação, as despesas realizadas, o comprometimento da receita com a folha de pagamento e outros indicadores que ajudam a identificar eventuais dificuldades.

Despesas com pessoal exigem acompanhamento

Um dos pontos de atenção é o gasto com servidores, aposentadorias e encargos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para as despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida dos municípios. Para o Poder Executivo municipal, o limite máximo é de 54%, com faixas de alerta e prudencial que exigem atenção dos gestores.

Quando os gastos se aproximam desses patamares, a margem para ampliar despesas e assumir novos compromissos fica mais restrita. O acompanhamento também é importante para evitar que o crescimento das despesas correntes reduza os recursos disponíveis para obras, equipamentos e outras ações de investimento.

O Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO) disponibiliza, em seu portal de transparência, balancetes e índices de gastos com pessoal, saúde e educação das prefeituras goianas. Em setembro, o órgão também divulgou informações sobre ações de fiscalização relacionadas à gestão de pessoal, incluindo questões como contratações temporárias e cargos comissionados.

A existência de mecanismos de fiscalização, contudo, não significa que todos os municípios enfrentem irregularidades ou dificuldades financeiras. A situação precisa ser examinada individualmente, considerando os dados de cada administração e o período de referência dos relatórios.

Goiânia tem superávit parcial, mas despesas cresceram

Na capital, os dados apresentados pela Prefeitura de Goiânia à Câmara Municipal em outubro mostram que, entre janeiro e agosto de 2026, a receita arrecadada chegou a R$ 7,21 bilhões, enquanto as despesas liquidadas somaram R$ 6,88 bilhões. A diferença corresponde a cerca de R$ 389 milhões, resultado orçamentário positivo no período. O valor, porém, não representa necessariamente dinheiro disponível em caixa.

Apesar do resultado positivo, a Secretaria Municipal de Finanças ressaltou que a diferença entre receitas arrecadadas e despesas liquidadas não representa, isoladamente, dinheiro disponível em caixa. O indicador também não equivale ao resultado definitivo do exercício, que só poderá ser conhecido após o encerramento do ano e a consolidação das contas.

Na prestação de contas do segundo quadrimestre, a administração municipal destacou investimentos de R$ 663,3 milhões, com crescimento de 301,62% em relação ao mesmo período de 2025. O prefeito Sandro Mabel também afirmou que os gastos com pessoal poderiam chegar a 48% da receita corrente líquida até o fim do ano, diante de reajustes salariais e gratificações por desempenho. Trata-se de uma projeção apresentada pela gestão, e não do índice definitivo de fechamento de 2026.

Os números da capital ilustram a importância de analisar simultaneamente receitas, despesas, investimentos e folha de pagamento. Um resultado orçamentário positivo durante o ano não elimina a necessidade de acompanhar as obrigações financeiras ainda pendentes, assim como a diferença entre arrecadação e gastos em determinado período não é suficiente, por si só, para caracterizar uma crise fiscal.

Planejamento para 2027

O encerramento do exercício também é decisivo para a preparação dos orçamentos municipais de 2027. Além de estimar receitas e organizar despesas obrigatórias, as prefeituras precisam avaliar a capacidade de financiar serviços públicos e manter investimentos sem assumir compromissos incompatíveis com sua situação financeira.

Os dados consolidados de 2026 serão importantes para verificar se as receitas acompanharam o ritmo das despesas e se houve mudanças no comprometimento dos recursos municipais. A análise também deve considerar as diferenças de porte, arrecadação própria e dependência de transferências entre as cidades.

A reportagem procurou a Federação Goiana de Municípios (FGM) e a Associação Goiana de Municípios (AGM) para obter um diagnóstico sobre a situação fiscal das prefeituras, identificar eventuais dificuldades para fechar as contas e conhecer as principais preocupações dos gestores para 2027. Até o fechamento desta edição, as respostas não haviam sido recebidas.

Saúde

Goiás é pioneiro

na América Latina com quatro hospitais

Reconhecimento contempla Crer, HDS, Hugol e Hecad; prontuário eletrônico, mapa de leitos e outras ferramentas digitais estão entre os recursos que impulsionaram o resultado

» Da Redação

Fotos: Marco Monteiro e Iron Braz



Quatro hospitais públicos estaduais de Goiás conquistaram, simultaneamente, o nível 6 de maturidade digital da HIMSS, tornando o Estado pioneiro na América Latina nesse reconhecimento

Goiás é o único estado do país a contar com quatro hospitais estaduais certificados simultaneamente no nível 6 da Healthcare Information and Management Systems Society (HIMSS), um dos principais reconhecimentos internacionais de maturidade digital na área da saúde. A certificação foi concedida na quarta-feira (18/11) ao Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer), ao Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária Colônia Santa Marta (HDS), ao Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol) e ao Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (Hecad).

Na América Latina, apenas um hospital público brasileiro, o Hospital Geral do Grajaú, em São Paulo (SP), possuía anteriormente essa certificação. Com o reconhecimento simultâneo das quatro unidades estaduais, Goiás se torna pioneiro na avaliação conjunta de hospitais públicos com diferentes perfis de atendimento, seguindo os mesmos critérios internacionais de maturidade digital. O resultado foi anunciado durante cerimônia promovida pela Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde (Agir), em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO).

O secretário de Estado da Saúde, Rasível dos Reis Santos Júnior, disse que a conquista demonstra o avanço da rede na modernização dos serviços públicos. "É um orgulho e um feito inédito. Essa certificação coloca Goiás em uma posição de destaque na transformação digital da saúde na América Latina. Conseguir esse reconhecimento para quatro hospitais simultaneamente demonstra que estamos avançando e que é possível ampliar esse nível de excelência para as demais unidades da nossa rede. É também um estímulo para continuarmos investindo na transformação digital da saúde pública", destacou.

A diretora sênior de Analytics & Advisory Services para a América do Norte e estrategista de Saúde Digital da HIMSS, Jill Seys, ressaltou o pioneirismo goiano e a estrutura tecnológica que contribuíram para o resultado. "É a primeira vez na América Latina que quatro hospitais públicos estaduais, com perfis tão diferentes, são avaliados e certificados simultaneamente, seguindo os mesmos padrões internacionais. Esse resultado é fruto de um trabalho estruturado, que inclui o Prontuário Eletrônico do Paciente, com informações de mais de 2 milhões de pessoas, além de ferramentas como o mapa de leitos e o Carrinho Beira Leito. Goiás demonstra que é possível avançar na transformação digital da saúde pública, independentemente da complexidade de cada instituição", afirmou.

O superintendente executivo da Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde (Agir), Lucas Paula da Silva, atribuiu o resultado ao trabalho das equipes e ao comprometimento dos profissionais das unidades. "Essa conquista é fruto de um trabalho construído a várias mãos, com planejamento, investimento em tecnologia e, principalmente, dedicação dos nossos colaboradores. São esses profissionais que fazem a transformação digital acontecer no dia a dia, contribuindo para uma assistência cada vez mais segura e qualificada", destacou.

A HIMSS é uma organização internacional que avalia como os hospitais utilizam a tecnologia para melhorar os serviços de saúde. O nível 6 reconhece instituições que possuem sistemas digitais avançados, capazes de apoiar o trabalho dos profissionais, organizar informações e contribuir para um atendimento mais seguro e eficiente.

A avaliação considera critérios relacionados à qualidade da assistência, à segurança do paciente e ao uso de ferramentas tecnológicas nos processos hospitalares. Entre elas estão os prontuários eletrônicos, que permitem consultar informações clínicas com mais agilidade, e sistemas que auxiliam na organização dos atendimentos e na gestão de leitos.

Na prática, esses recursos contribuem para que os profissionais tenham acesso às informações necessárias durante o atendimento, acompanhem melhor os tratamentos e compartilhem dados importantes entre as equipes. A tecnologia também ajuda a organizar os fluxos hospitalares, tornando os processos mais ágeis e seguros para quem precisa dos serviços de saúde.



Investimento

Em missão na Bélgica, Mabel aproxima Goiânia

de empresários interessados em ampliar negócios com Goiás

Comitiva visita North Sea Port, complexo que reúne mais de 550 empresas e cerca de 106 mil trabalhadores; etanol, minérios e grãos despertam interesse de empresários europeus

» Da Redação

Foto: Secom



Missão liderada pelo prefeito Sandro Mabel na Europa avança na aproximação com empresários interessados em ampliar relações comerciais com Goiás

A missão liderada pelo prefeito Sandro Mabel na Europa avançou na aproximação com empresários interessados em ampliar relações comerciais com Goiás. Durante visita ao North Sea Port, complexo portuário que reúne instalações na Bélgica e nos Países Baixos, a comitiva foi recebida por representantes de empresas da região que já mantêm negócios com o Brasil e buscam novas oportunidades, especialmente nas cadeias de etanol, minérios e grãos.

O encontro abriu espaço para apresentar o potencial econômico de Goiânia e fortalecer contatos com investidores e operadores de comércio internacional. O interesse dos empresários pela produção goiana cria oportunidades para ampliar o diálogo sobre investimentos, processamento industrial e acesso ao mercado europeu.

"Goiás tem um grande potencial para ampliar suas exportações para a Europa, e queremos ajudar a aproximar nossas empresas desse mercado. O North Sea Port oferece uma estrutura estratégica para receber, processar e distribuir produtos goianos pelo continente. Também buscamos parcerias com as empresas do complexo para promover o intercâmbio de tecnologia e conhecimento em logística, com soluções que possam aumentar a eficiência e a competitividade das nossas empresas", destaca o prefeito Sandro Mabel.

O complexo reúne mais de 550 empresas, cerca de 106 mil trabalhadores e gera aproximadamente 12,7 bilhões de euros em valor adicionado à economia. Sua infraestrutura inclui um canal de aproximadamente 50 quilômetros que conecta Gante a Terneuzen e permite o acesso de embarcações à área portuária belga.

Segundo informações apresentadas à comitiva, o North Sea Port movimenta, em média, cerca de 125 milhões de toneladas de cargas por ano, e o Brasil é o quinto principal parceiro comercial do complexo. Suco de laranja, grãos e minérios representam aproximadamente 87% dos produtos brasileiros que chegam ao porto.

A estrutura tem posição estratégica para a entrada e a distribuição de mercadorias na Europa. Além das operações de transporte e armazenagem, o complexo abriga empresas que recebem matérias-primas, realizam o processamento industrial e distribuem os produtos para diferentes países europeus. Essa integração permite agregar valor às cargas e conectar fornecedores a indústrias e consumidores do continente.

Durante a visita, a comitiva também conheceu o modelo de funcionamento do porto, apresentado pelos anfitriões como uma estrutura pública administrada pelo setor privado. A experiência combina infraestrutura portuária, atividade industrial e logística internacional.

Integram a missão empresários goianos liderados pelo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Goiás (Fecomércio-GO), Marcelo Baiocchi, e os deputados estaduais Bruno Peixoto, presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Cairo Salim, Virmondes Cruvinel, Coronel Adailton, Delegado Eduardo Prado e Karlos Cabral.

A agenda integra a missão oficial liderada por Mabel na Bélgica e em Portugal, voltada à atração de investimentos, à construção de parcerias e ao intercâmbio de experiências que possam contribuir para o desenvolvimento de Goiânia. A aproximação com os empresários do North Sea Port busca conectar a capital e o setor produtivo goiano a novas oportunidades de negócios na Europa.

> **Goiás tem um grande potencial para ampliar suas exportações para a Europa, e queremos ajudar a aproximar nossas empresas desse mercado.**
>
> ***Sandro Mabel,*** *prefeito de Goiânia*

Mabel apresenta potencial de Goiânia a agência de Flandres

Durante visita à Flanders Investment & Trade (FIT), na Bélgica, o prefeito Sandro Mabel destacou o mercado consumidor, a localização estratégica e a estrutura de serviços de Goiânia como atrativos para investimentos europeus. A proposta é aproximar empresas goianas e belgas e identificar oportunidades de comércio e cooperação tecnológica.

A apresentação apontou que a capital tem 1,51 milhão de habitantes, potencial de consumo de R$ 74,4 bilhões e PIB estimado em R$ 95 bilhões para 2026. Também ressaltou a conexão rodoviária, o aeroporto e a proximidade com Anápolis e as ferrovias Norte–Sul e Centro–Atlântica.

Mabel citou ainda parques, patrimônio Art Déco, gastronomia, serviços e uma rede com mais de 200 hotéis e pousadas. Segundo os dados apresentados, o MotoGP reuniu quase 150 mil pessoas e movimentou mais de R$ 1 bilhão na economia local em 2026; para abril de 2027, a expectativa é superar 200 mil visitantes.

A FIT informou que Flandres respondeu por 80% das exportações da Bélgica em 2025. A região registrou € 402 bilhões em exportações e € 403 bilhões em importações, com destaque para os setores químico, farmacêutico e de transportes. A delegação também conheceu incentivos regionais a projetos de pesquisa e desenvolvimento.

A visita faz parte de uma missão à Bélgica e a Portugal voltada à prospecção de investimentos e ao fortalecimento de relações comerciais e institucionais.



ESCOLA

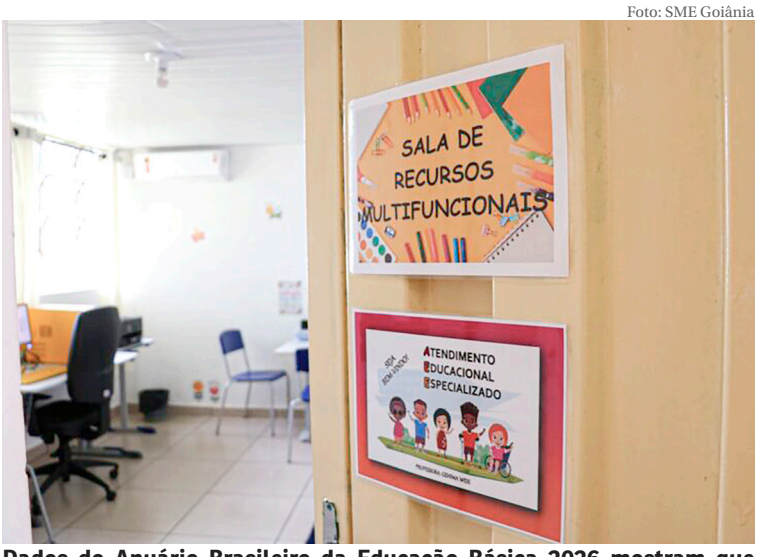
Educação inclusiva avança em Goiás,

mas desafios de acessibilidade e atendimento chegam à Justiça

Anuário do Todos Pela Educação aponta que 93,4% dos estudantes da Educação Especial estão em classes comuns no Estado. Casos acompanhados pelo MPGO revelam dificuldades no atendimento especializado, na permanência escolar e no respeito aos direitos das pessoas com deficiência

» Dhayane Marques

Foto: SME Goiânia



Dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2026 mostram que 93,4% dos alunos da Educação Especial estavam incluídos em classes comuns no Estado em 2025.

A presença de estudantes com deficiência nas escolas regulares aumentou nos últimos anos, mas a matrícula ainda não representa, necessariamente, inclusão. Em Goiás, os dados mostram avanços no acesso à educação, na oferta de recursos de acessibilidade e na estrutura de atendimento especializado. Ao mesmo tempo, situações que chegaram ao Ministério Público de Goiás (MPGO) expõem dificuldades para garantir condições adequadas de aprendizagem, continuidade do atendimento e respeito aos direitos dos estudantes e dos profissionais com deficiência.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2026, elaborado pelo Todos Pela Educação, mostra que 93,4% dos estudantes público da Educação Especial em Goiás estavam matriculados em classes comuns em 2025. O índice ficou próximo da média nacional. No Brasil, o percentual avançou 12,8 pontos percentuais em dez anos, passando de 80,7%, em 2015, para 93,5%, em 2025.

Em Goiás, porém, o movimento foi diferente. O Estado registrava 95,4% de estudantes da Educação Especial em classes comuns em 2015. Dez anos depois, o índice caiu dois pontos percentuais. O dado chama a atenção porque, embora o Estado mantenha um percentual elevado de matrículas na rede regular, não acompanhou a evolução nacional no período.

O cenário também exige atenção quando se observa a estrutura disponível nas escolas. Em âmbito nacional, o Anuário aponta que 78,5% das unidades de Educação Básica tinham dependências e vias adequadas para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida em 2025. Os banheiros adaptados estavam presentes em 57% das escolas, enquanto as salas de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) alcançavam apenas 29,8% das unidades.

Outro indicador revela a dimensão da demanda. O Brasil registrou 2.458.159 matrículas de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação em 2025. O total corresponde a 5,3% das matrículas da Educação Básica e representa crescimento de 381 mil registros em relação ao ano anterior.

A composição desse público também mudou. O TEA passou de 5,6% das matrículas da Educação Especial, em 2015, para 52,8% em 2025. Já a deficiência intelectual, que representava 69,3% no início da série, passou a corresponder a 43,9%. Os percentuais indicam a composição das matrículas, não a prevalência dessas condições na população.

Leia a matéria completa no site: www.tribunadoplanalto.com.br/



Esporte



Herivelto Nunes
herivelto.nunes.57@outlook.com

Diretoria do Goiás será aclamada;

oposição mais uma vez fica fora

O Goiás terá nova diretoria a partir de janeiro de 2027, mas os nomes que serão eleitos não representam mudança

A notícia não é boa para o torcedor esmeraldino. O Goiás terá nova diretoria a partir de janeiro de 2027, mas os nomes que serão eleitos não representam mudança, pois fazem parte de um grupo comandado por Paulo Rogério Pinheiro, que tem dado mostras de que não dá conta de dirigir o Goiás. Mesmo com os resultados pífios alcançados pelo clube nos últimos anos, que permanecerá na segunda divisão do futebol brasileiro pelo quarto ano consecutivo, ele continua insistindo em manter o comando da agremiação esmeraldina.

Além de montar equipes que não representam a grandeza do Goiás, a atual gestão do alviverde rompeu com as tradições do clube, reconhecido nacionalmente por sua organização e por manter sempre em dia seus compromissos financeiros com jogadores, comissão técnica e funcionários administrativos. Hoje, o Goiás atrasa salários, premiações e direitos de imagem e, por isso, é motivo de chacota na imprensa nacional. Jogadores e comissão técnica estão de férias, mas encerraram a temporada sem receber dois meses do que têm direito. O mesmo acontece com o pessoal do setor administrativo, que passa por muitas dificuldades por conta dos constantes atrasos no pagamento de seus salários.

Esse é o retrato do Goiás dos tempos atuais. No próximo dia 1º de dezembro acontecem as eleições para a nova diretoria que vai comandar a agremiação no triênio 2027, 2028 e 2029. Eleições, não: aclamação da única chapa registrada, que tem como candidato à presidência o conselheiro Geraldo Neto, "abençoado" por Paulo Rogério Pinheiro. Não dá para dizer que o Goiás será reformulado com a nova gestão, pois o mesmo grupo que tem fracassado na direção do Goiás continuará no comando. Os nomes da "nova" diretoria estão no Goiás há muito tempo e fazem parte do grupo que manda no clube há muitos anos e tem levado o esmeraldino a uma perigosa e vergonhosa posição no cenário esportivo nacional.

O maior temor da torcida esmeraldina pode acontecer: a queda para a Série C. E o Goiás caminha para essa situação constrangedora, como ocorreu com times que também foram respeitados na Série A, como Figueirense, Paysandu, Avaí e Santa Cruz. Os dirigentes que fazem oposição à atual gestão não conseguiram mais uma vez registrar uma chapa para concorrer nas próximas eleições. É o modelo eleitoral criado pela família Pinheiro para não permitir o registro de chapa oposicionista. O colégio eleitoral só comporta o registro de uma chapa, a da situação. Isso só foi possível porque os conselheiros com direito a voto são comprometidos com a família Pinheiro. Muitos ganharam títulos e têm compromisso de gratidão com os "donos do Goiás"; por isso, votam nos candidatos escolhidos por eles, atualmente representados por Paulo Rogério Pinheiro.

O futuro do Goiás Esporte Clube passa por uma reestruturação financeira, administrativa e de elenco para tentar voltar à Série A em 2028. Geraldo Neto vai assumir o comando executivo em janeiro de 2027, com candidatura única após o encerramento do prazo de inscrição para chapas, e vai substituir Munir Calixto Junior, sucessor de Aroldo Guidão, que renunciou ao cargo. A nova gestão sinaliza para "uma nova realidade" orçamentária, capaz de colocar ordem na vida financeira e administrativa do clube. O elenco entrou de férias, com retorno previsto para o dia 16 de dezembro. Em 2027, o clube disputará pela primeira vez quatro edições seguidas da Série B, além do Campeonato Goiano, da Copa Centro-Oeste e da Copa do Brasil. O contrato do técnico Mozart termina no final do ano, e sua permanência depende de reuniões e ajustes diante do atual cenário. O diretor de futebol Michel Alves tem contrato até o final de 2027 e desperta o interesse de outros clubes, como o Ceará, enquanto a direção avalia sua continuidade dentro das novas condições financeiras. Michel Alves merece ficar; o técnico Mozart, não. A estreia do Goiás no Campeonato Goiano acontece no dia 7 de janeiro, o que exige planejamento rápido do elenco, que precisa ser reformulado.

Fotos: Divulgação



Geraldo Neto, novo presidente do Goiás no trênio 2027-2029

O Goiás vive o momento mais delicado de sua história. O perigo de normalizar a decadência é real. O clube termina a temporada de 2026 bem distante de sua própria grandeza. O alviverde encerra a temporada deixando um sentimento que vai muito além da frustração: a desilusão. É verdade que o ano teve momentos positivos, como a conquista invicta do Campeonato Goiano e a boa campanha na Copa do Brasil, na qual foi eliminado pelo Cruzeiro, mas ofereceu muita resistência ao forte time mineiro. Só que essas conquistas e algumas boas atuações não foram suficientes para esconder a realidade de um clube que parece cada vez mais distante de sua própria grandeza. O saldo da temporada é amargo, especialmente para quem se acostumou a ver o Goiás como protagonista do futebol regional e presença constante na elite do futebol nacional.

Na Série B do Campeonato Brasileiro, o roteiro foi marcado pela irregularidade. Depois de um início promissor, o Goiás mergulhou numa realidade de meio de tabela que se prolongou por boa parte da competição. Nas rodadas finais, uma reação alimentou novamente o sonho do acesso, mobilizou a torcida e trouxe esperança a um ambiente marcado por dificuldades. Mas a realidade foi implacável: o clube alviverde terminou na vexatória oitava posição. Vexatória pelo tamanho da instituição, que disputou a Série A do Campeonato Brasileiro por décadas, foi referência no Centro-Oeste e hoje parece condenada a transformar campanhas medianas em motivos de comemoração. O sentimento mais doloroso, porém, é imaginar onde esse elenco poderia ter chegado se o Goiás tivesse uma administração organizada, com salários e premiações em dia e condições financeiras para reforçar o grupo durante a janela de transferências.

O time apresentou deficiências técnicas durante a temporada, precisava de reforços e tinha carências evidentes em determinados setores. Mas não houve dinheiro para contratar. Pelo contrário, acumularam-se atrasos salariais e relatos de dificuldades tão constrangedoras que a própria diretoria chegou a comunicar a representantes da torcida que faltaram pão e manteiga no centro de treinamento. Uma situação incompatível com a história de um clube como o Goiás. É impossível afirmar que uma situação financeira equilibrada garantiria o acesso. Futebol não oferece essas certezas. Mas é razoável acreditar que, com estabilidade administrativa, tranquilidade para trabalhar e um elenco qualificado nos momentos decisivos, o Goiás teria condições de brigar com muito mais força por uma das vagas na Série A. Não com jogadores como Luisão, Lucas Lima, Gegê, Cadu Mineiro e Filipe Clemente. Por falta de dinheiro, o Goiás foi buscar no Gama, da Série D do futebol brasileiro, uma possível solução para seu comando de ataque. Contratou Filipe Clemente, artilheiro no time candango, que sentiu o peso de vestir a camisa "pesada" do Goiás.

✅ O Vila Nova pontuou contra todos os concorrentes da Série B e tem 100% contra seis, entre eles, o Atlético Goianiense, seu adversário no playoff que vai definir vaga para a elite do futebol brasileiro em 2027.

✅ Um fanático torcedor do Vila Nova resolveu passar a noite em frente ao estádio Onésio Brasileiro Alvarenga, dormindo dentro de seu carro, para comprar ingresso para o jogo de volta do Vila Nova contra o Atlético Goianiense.



Torcedores do Vila dormem na porta do OBA para garantir ingresso

✅ O vice-presidente Hugo Jorge Bravo tomou conhecimento da história, entrou em contato e presenteou o torcedor e o filho com duas cortesias para o segundo jogo diante do Atlético no OBA.

✅ Não ter o estádio Serra Dourada em 2026 representou um irreparável prejuízo aos cofres dos clubes goianienses, especialmente o Vila Nova, que há vários jogos vem jogando com lotação máxima de 10 mil torcedores no OBA.

✅ Jogando no Serra Dourada, o Vila Nova certamente teria público acima de 30 mil torcedores na maioria de seus jogos. Nos playoffs, o Serra com certeza receberia lotação máxima. Grande prejuízo para os cofres vilanovenses.

✅ O São Paulo aparece em uma especulação envolvendo o atacante Kadu Souza, de 23 anos, do Goiás Esporte Clube. Além do São Paulo, o Red Bull Bragantino e o Athletico Paranaense também estariam interessados no jogador.